

VII JORNADA IBERO-AMERICANA DE PESQUISAS EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E EXPERIÊNCIAS INTERDISCIPLINARES NA EDUCAÇÃO

Rio de Janeiro 4, 5 e 6 de dezembro de 2024

Local: Colégio Pedro II - Campus Tijuca II

ISSN: 2525-9571

Vol. 6 | Nº. 3 | Ano 2024

EIXO TEMÁTICO: POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

CONSELHOS DE CLASSE PARTICIPATIVOS: um olhar sobre as teses e dissertações nacionais

*Participatory Class Councils: a look at
national theses and dissertations*

Paola Cazzanelli

*Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul*
paola.cazzanelli@edu.pucrs.br

**Vinícius Spanhol
Bordignon**

*Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul*
vinicius.bordignon@edu.pucrs.br

**Luciane Spanhol
Bordignon**

Universidade de Passo Fundo
lucianebordignon@upf.br

Resumo: O presente artigo visou a revisão bibliográfica em plataformas digitais de teses e dissertações brasileiras acerca dos conselhos de classe participativos e a gestão democrática escolar. Analisou-se 6 investigações que discorrem sobre a temática, sendo o objetivo geral conhecer e compreender os estudos envolvidos ao conselho de classe participativo e à gestão democrática escolar. Os resultados e as discussões apontaram iniciativas das escolas em tentar trazer a participação efetiva e a democracia por meio de espaços de escuta.

Palavras-chave: Conselhos de classe participativo; gestão democrática; orientação educacional.

Abstract. *This article carried out a literature review on digital platforms of Brazilian theses and dissertations on participatory class councils and democratic school management. Six investigations that discuss the theme were analyzed, aiming to know and understand the studies involved in the participatory class council and the democratic school management. The results and discussions pointed to initiatives of the schools in trying make effective participation and democracy through listening spaces.*

Keywords: *Participatory Class Councils; Democratic Management; Educational Guidance.*

1. Introdução

O artigo apresenta uma revisão bibliográfica na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES sobre a temática dos Conselhos de Classe Participativos (CCP), sendo o objetivo geral conhecer e compreender as teses e dissertações envoltos aos CCP e à gestão democrática na Educação Básica.

Para tanto, o trabalho justifica-se em seus aspectos sociais em defender a disseminação da gestão democrática nos espaços escolares. Sendo, os CCP, ambientes que abrem as escolas para a participação familiar e comunitária, à equidade, à democracia e ao respeito, refletindo na vida dos estudantes para além dos muros da escola.

Para isso, teoriza-se brevemente os conceitos de gestão democrática e dos CCP. Após, apresenta-se o caminho metodológico e discute-se os resultados encontrados. Por fim, as considerações finais ressaltam a importância das pesquisas bibliográficas para o conhecimento das práticas sobre determinadas temáticas, bem como dão conta da importância, dos benefícios e das melhorias que podem ser feitas para uma participação democrática efetiva nos educandários.

2. Breve referencial teórico

2.1 Gestão democrática e os Conselho de classe participativo

A gestão democrática é assegurada legalmente no ensino público pela Constituição Federal (Brasil, 1988), pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Brasil, 1996) e pelo Plano Nacional de Educação, que conta como uma de suas estratégias à meta 19, com “[...] a nomeação dos diretores(as) de escola, critérios técnicos de mérito e desempenho, bem como a participação da comunidade escolar” (Brasil, 2014).

Segundo Duranti (2016), a gestão democrática embasa-se em objetivos comuns e decisões coletivas dadas com a participação de todos. São através dos princípios integralizadores da democracia e da participação, que devem pautar uma gestão escolar que aproxime a toda a comunidade no educandário. Com isso, Gadotti (2000) defende uma gestão democrática participativa, com métodos de efetivo exercício e aprendizagem coletiva dentro da escola.

Uma das formas para a participação efetiva e democrática no ambiente escolar, se dá pelos CCP, que é definido por Dalben (2004, p. 31) como

um órgão colegiado, presente na organização escolar, em que vários professores das diversas disciplinas, juntamente com os coordenadores pedagógicos, ou mesmo os supervisores e orientadores educacionais, reúnem-

se para refletir e avaliar o desempenho pedagógico dos alunos das diversas turmas, séries ou ciclos.

Os CC foram instituídos na educação básica brasileira pela segunda LDB (Brasil, 1971), entretanto, nesse período, refletia todo o processo autoritário que se estendia no país à época. Foi por meio da Constituição (Brasil, 1988) e da atual LDB (Brasil, 1996) que se definiu os CC quanto à participação e avaliação das ações pedagógicas como um todo (gestão-professores-estudantes).

Dessa forma, o presente artigo, por meio da revisão bibliográfica de teses e dissertações, buscou romper com o CC tradicional que busca apenas resolver questões de aprovação e reprovação dos estudantes. Através das investigações inventariadas, é possível conhecer e compreender a construção fundamental de uma escola reflexiva e participativa. Sendo as práticas de CC aqui descritas, essenciais aos princípios da gestão democrática.

Dessa forma, o conselho de classe participativo, promove a participação do todo escolar, sendo um instrumento de avaliação, “[...] ancorado na perspectiva dialógica, reflexiva e investigativa” (Levinski, 2009, p. 6), potencializando as vivências democráticas e constituindo a formação de sujeitos para além dos processos de ensinar e aprender (Zorzan, 2016).

3. Caminho metodológico

O presente artigo é uma pesquisa bibliográfica (Minayo, 1999) de caráter qualitativo (Gil, 2002).

Para isso, realizou-se uma busca nas plataformas: Banco de Dados de Teses e Dissertações (BDTD) e Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, pela palavra-chave “Conselho de Classe Participativo”, no dia 16/05/2024. Os resultados apresentaram 6 investigações que serão apresentadas nesse artigo, todos com foco na educação, visto que, 3 investigações foram excluídas por serem da área de Linguística Aplicada, tendo como foco os estudos dessas áreas voltadas ao CC.

Com isso, compõem o banco de dados desse artigo: 8 investigações na BDTD (sendo uma delas repetida na busca), resultando em 7 investigações, destes, 3 investigações excluídas por não serem da área de educação. Dessa forma, na BDTD, catalogou-se 4 dissertações descritas como código D1 à D4; ainda, 9 investigações no catálogo da CAPES (sendo 4 delas repetidas da BDTD e 3 investigações sem o arquivo visto serem anteriores à implementação da plataforma), resultando em 2 trabalhos de dissertações sob o código D5 e D6.

Nesse sentido, Gil (2002, p. 66) aponta que a fonte de pesquisa em teses e dissertações é importante visto serem “[...] constituídas por relatórios de investigações científicas originais ou acuradas revisões bibliográficas”.

Dessa forma, a pesquisa bibliográfica analisada aqui objetivou conhecer e compreender os estudos envoltos aos CCP e à gestão democrática escolar por meio das 9 investigações inventariadas envolvendo o tema. Na seção a seguir, apresenta-se os resultados e discussões encontrados na pesquisa.

4. Resultados e discussão

As investigações inventariadas estão sintetizadas no Quadro 1.

Quadro 1 - Síntese da análise das investigações.

BDTD				
CÓD.	ANO	AUTOR(A)	TÍTULO	OBJETIVO
D1	2008	Maria Angela Serafini Vargas	O Conselho de Classe: a participação da comunidade escolar	Demonstrar que uma escola pública de Educação Básica da periferia de Maringá, apesar dos desafios enfrentados pela equipe gestora, conseguiu a participação de toda equipe envolvida
D2	2017	Nathália Garcia Guerra	Avaliação Formativa: um estudo de práticas inspiradoras no Ensino Fundamental I de uma escola estadual de São Paulo	Investigar alguns modos de avaliação no regime de Progressão Continuada, que possuíssem características de uma avaliação formativa, considerando o dia a dia de sala de aula, o uso de diferentes instrumentos avaliativos, a visão dos professores e as orientações internas e externas que pudessem influenciar as ações voltadas à avaliação formativa.
D3	2022	Rhaíssa Sheri Freire de Souza Rocha	Conselho de Classe em uma Escola Militarizada no Distrito Federal	Analisar concepções e práticas de conselhos de classe em uma escola militarizada do Distrito Federal
D4	2014	Elizane Pergoraro Bertineti	Gestão Escolar Democrática e Participação dos Sujeitos: uma análise a partir dos fundamentos filosóficos de John Dewey	Discutir o que é democracia, qual a importância das experiências dos indivíduos na construção de uma educação democrática
CATÁLOGO CAPES				
CÓD.	ANO	AUTOR(A)	TÍTULO	OBJETIVO
D5	2022	Deyse Nara Sabel Vieira	Gestão Democrática Escolar: o conselho de classe participativo como prática formativa dos estudantes do Ensino Médio	Analisar em que medida o conselho de classe participativo, na perspectiva da gestão democrática, contribui com os processos formativos de estudantes de Ensino Médio de uma escola pública estadual no município de Gaspar-SC
D6	2006	Flávia Regina Vieira dos Santos	Conselho de Classe: a construção de um espaço de avaliação coletiva	Compreender o funcionamento do conselho de classe como instância de avaliação praticada pela escola

Fonte: Autores (2024).

A partir da síntese da análise das investigações descritas no quadro 1, pautou-se em compreender a temática dos CCP, a partir das experiências expressas em cada uma delas.

A investigação D1 foi um Estudo de Caso que utilizou as atas de CC, os relatórios das séries dos estudantes, o Regimento e Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola com enfoque em fenômenos do cotidiano discutidos nos CCP. Com isso, Vargas (2008) organizou gráficos quanto a participação familiar nesses momentos de discussões e, também, nas entregas de boletins, chegando a conclusões que

Mesmo sem compreender sobre metodologias de ensino, eles participam e sugerem posturas de respeito, entre outras, tanto em relação ao professor como aos colegas, pois sabem que normas e valores competem principalmente a eles. Os mesmos comparecem em menor número na entrega de boletins, demonstrando que não basta só pegar o boletim. O mais importante era se envolver com a vida cotidiana e escolar do filho. (Vargas, 2008, p. 92-93).

Para isso, a autora analisou três turmas (6^a, 7^a e 8^a séries), caracterizadas por serem numerosas, com problemas indisciplinares e, por consequência, de aprendizagem. Em todas as séries, os familiares participaram ativamente dos CC, inclusive era o momento em que se faziam acordos com os próprios estudantes a fim de auxiliar suas aprendizagens e o trabalho docente em sala de aula. Com esses acordos, por exemplo, Vargas (2008) descreve que a turma de 6^a série melhorou seus comportamentos, pois os familiares se comprometeram, e realizaram, conversas em casa com os estudantes sobre esse assunto, bem como os professores mantiveram uma metodologia de cobrança desses combinados.

Com isso, a autora concluiu que, anteriormente, sem os CCP, o relacionamento entre as famílias e a escola se dava de forma rígida e era quase inexistente, pois os familiares, professores e equipe gestora não mantinham diálogos sobre ensino e questões familiares. E que, após os conselhos participativos, “[...] verificou-se que as interações passaram a ser menos formais, mais frequentes e centradas em assuntos acadêmicos, gerando um clima amistoso que favorecia a aproximação entre os pais e a escola.” (Vargas, 2008, p. 113). Também, sendo uma ajuda e colaboração ao professor e aos estudantes nos seus campos de ação (Grinspun, 2011).

Na investigação D2, Guerra (2017) tem como foco a avaliação formativa, investigando uma escola estadual de ensino fundamental I em São Paulo, visto ser um educandário com práticas tidas como referência na região. Para essa pesquisa, a autora buscou analisar as avaliações formativas desenvolvidas, no sentido de discutir os conhecimentos adquiridos pelos estudantes e como reorientação das metodologias a fim de atingir os objetivos em sala de aula. Como método de análise, Guerra (2017) analisou o Plano de Gestão Participativo, as atas de reuniões pedagógicas e de conselhos de classe, observações de reuniões, salas de aula e do conselho de classe e entrevistas com professoras.

Na busca de avaliações formativas, a escola pesquisada conta com planejamento e replanejamentos, com foco na avaliação da aprendizagem do estudante. Com reuniões semanais e planejamentos no início do ano letivo com a presença dos familiares. Especificamente ao CCP instaurado na escola sob a necessidade de participação de todos e buscando uma avaliação formativa em discutir o percurso de aprendizagem dos estudantes, melhorar a relação dos/com os estudantes e também criar combinados para

VII JORNADA IBERO-AMERICANA DE PESQUISAS EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E EXPERIÊNCIAS INTERDISCIPLINARES NA EDUCAÇÃO

Rio de Janeiro 4, 5 e 6 de dezembro de 2024

Local: Colégio Pedro II - Campus Tijuca II

o bom andamento dentro da sala de aula, aponta a reflexão “[...] acerca do processo avaliativo e, portanto, do percurso de ensino e aprendizagem, no qual [o aluno] está envolvido” (Guerra, 2017, p. 233).

Entretanto, em uma entrevista, a professora relatou que os pais ainda não haviam compreendido o objetivo de um CCP e acabavam tornando o espaço como uma reunião dos pais, pois os mesmos não traziam os alunos para o conselho (Guerra, 2017). Apesar de pequenos empecilhos, as práticas da escola pesquisada permitem um caminho à gestão democrática, mesmo havendo, por vezes, práticas avaliativas formativas justapostas com as tradicionais, pois desejam “[...] realizar uma avaliação cujo foco principal é o aprendizado do aluno e não sua mera classificação” (Guerra, 2017, p. 233).

Na investigação D3, Rocha (2022) apresenta um Estudo de Caso sobre uma escola militarizada durante o período pandêmico, analisando especificamente os CCP, por meio de análise documental do PPP, observação dos CC, questionários e entrevistas com professores, gestores e estudantes. Para o CC, a escola realiza em duas etapas: (1) o pré-conselho, no qual debate os desafios e as potencialidades das turmas com os professores, realizando um levantamento de dados visando a aprendizagem dos estudantes, o que constitui coletivamente, uma “nota formativa” que é dada pelos professores aos estudantes conforme suas atividades realizadas, comportamentos e atitudes em sala de aula; (2) o CCP, é o momento de apresentação desses resultados oriundos do pré-conselho aos familiares, no qual reúne-se os professores, equipe gestora, monitores militares e familiares. Ali constam notas das discussões dos professores e da ficha de perfil da turma, um método de autoavaliação feito pelo docente conselheiro de cada turma.

Os CCPs eram conduzidos sempre da mesma forma, tanto em momentos *on-line* quanto ao retorno para o presencial pós pandemia. A Coordenadora projetava a lista de alunos de cada turma, o professor conselheiro realizava uma breve fala geral e apontava os estudantes “destaques” e com “elogios”, os quais recebiam notas à mais em suas médias. Da mesma forma, eram consideradas as anotações dos militares em torno de ocorrências quanto ao seu comportamento, o que impactaria em sua pontuação (Rocha, 2022). Os comportamentos e atitudes eram destaques nas reuniões de pré-conselho e conselho, sendo apontado pelos professores estratégias de medo e coerção aos estudantes quanto aos comportamentos, além de responsabilização das famílias para que assinassem termos de compromisso quanto a isso. Rocha (2022) descreveu algumas falas de professores que pode observar durante a pesquisa, de que a organização feita pelos militares ao início das aulas, com posicionamento ordenado seguido de “sentido!” auxiliava o trabalho do professor para que não perdesse tempo para iniciar a aula.

Quanto aos militares, os professores reclamaram que os mesmos não são rigorosos aos comportamentos e que a presença destes, afeta a organização do trabalho pedagógico, entretanto, a gestão escolar os vê como um ‘ganho pessoal’ dentro do educandário (Rocha, 2022). Além disso, a mediação feita pelos militares prejudica a relação entre os docentes e discentes, distanciando-os, visto que cabe aos militares as avaliações referentes aos comportamentos e disciplinas em sala de aula (Rocha, 2022).

VII JORNADA IBERO-AMERICANA DE PESQUISAS EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E EXPERIÊNCIAS INTERDISCIPLINARES NA EDUCAÇÃO

Rio de Janeiro 4, 5 e 6 de dezembro de 2024

Local: Colégio Pedro II - Campus Tijuca II

Nesse sentido, é importante destacar que em todas essas discussões em pré-conselho e CC, os docentes têm como foco os comportamentos dos estudantes, tendo dificuldades de se autoavaliarem ou de escutarem suas próprias fragilidades para que possam replanejar suas estratégias em sala de aula. Rocha (2022) comprova isso, com os combinados feitos pelos professores nos CC para melhoria da aprendizagem, como cobrar que o estudante esteja sentado no seu devido lugar, conversar individualmente ou na sala de professores com alunos ditos “problemas”.

Quanto à participação efetiva no CC, estudantes e seus familiares não têm um espaço de fala pois limita-se aos estudantes, uma fala por intermédio do professor conselheiro de sua turma por meio da ficha de autoavaliação da turma. Interessante, também, constatado por Rocha (2022), a redução de participação dos familiares ao longo do ano letivo em suas observações dos CCPs, pois os conselhos ficam caracterizados como ‘leilões’ de notas, e concluiu que “[...] estes não se interessam em ir à escola ouvir apenas notas ou aspectos negativos de seus filhos” (Rocha, 2022, p. 70).

Nesse sentido, enfatiza-se que os princípios de uma gestão democrática, embasam-se em objetivos comuns, decisões coletivas e também, individuais, bem como a participação de todos (Duranti, 2016), o que não se comprovou na pesquisa realizada por Rocha (2022) nessa escola militarizada no Distrito Federal.

Bertineti (2014), no trabalho sob código D4, analisou os CCPs em duas escolas municipais de Canguçu/RS por meio de entrevistas com estudante e equipe gestora, avaliou os processos da gestão no entendimento desses participantes sobre participação à luz de John Dewey. A determinação de CCP partiu da secretaria de educação municipal, entretanto, a escola denominada “A” já realizava esse processo. Ambas as escolas realizam o CC de forma semelhantes, entretanto, a escola denominada “B” oportuniza a participação dos familiares nesse espaço de diálogo.

Nesse processo de CC, os pontos gerais das turmas são apresentados pelos professores e alguns estudantes, após, destaque o rendimento individual de cada discente e os possíveis caminhos para melhorá-los. Na escola “B”, em alguns CC, foram momentos conflituosos, pois alguns professores se sentiram ofendidos diante dos questionamentos dos estudantes e enfatizavam a hierarquia de sala de aula e que não admitiriam a reconstrução dos seus próprios saberes. A partir desses momentos, Bertineti (2014) observou nos demais CC, que as discussões não se aprofundavam mais sobre essas problemáticas.

Na escola “A”, por já desenvolver um trabalho participativo nos CC, os professores não demonstram resistência em relação às colocações dos estudantes. Entretanto, Bertineti (2014) aponta em suas observações, que a participação discente não se dá de forma aberta e reflexiva, pois é uma exposição de informações pelos professores, no qual os estudantes apenas escutam e concordam. Mesmo assim, os alunos da escola “A” denominam o CCP como espaço de liberdade, o que certa forma, se sentem confortáveis em participar desse processo e efetiva a gestão democrática no ambiente escolar, “[...]”

VII JORNADA IBERO-AMERICANA DE PESQUISAS EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E EXPERIÊNCIAS INTERDISCIPLINARES NA EDUCAÇÃO

Rio de Janeiro 4, 5 e 6 de dezembro de 2024

Local: Colégio Pedro II - Campus Tijuca II

aquela em que os seus participantes estão coletivamente organizados e comprometidos com a promoção da educação de qualidade para todos” (Lück, 2006, p. 33).

Bertineti (2014, p. 94) aponta que este caminho da democracia dentro do ambiente escolar é lento e demorado, pois “[...] os sujeitos têm o hábito de perceber a democracia como algo de fora para dentro. É preciso a compreensão de que a democracia não vem, ela é construída por eles mesmos a partir do momento em que determinam o que de fato querem e almejam e isso somente se efetiva, caso ocorra de forma coletiva [...]”. Nesse sentido, Bertineti (2014, p. 96) relaciona à sua teoria basilar da pesquisa, de que: “Pensar a gestão escolar democrática hoje, a partir das ideias de Dewey exige que possamos pensar a democracia como um modo de vida e não como uma forma de governo”.

Na pesquisa D5, Vieira (2022) realizou pesquisas bibliográfica e documental e um Estudo de caso, por meio de questionários, com 50 estudantes egressos do Ensino Médio de 2016 a 2019 de uma escola pública estadual em Gaspar/SC. O CCP teve início na escola pesquisada em 2008 e durante os anos, vários métodos foram aprimorando o conselho, como a tabulação de dados quantitativos em um sistema eletrônico que, além de melhorar um trabalho todo manual da equipe gestora, também passou a dar maior privacidade aos estudantes para se expressarem sobre as aulas.

No CCP desta escola, Vieira (2022) relata que os estudantes e seus familiares têm seu espaço de fala após escuta da equipe gestora e professores conselheiros. A autora relata que a maior participação da família, são de estudantes com maior rendimento. Após a fala de estudantes, é apresentado os dados quantitativos da turma e com isso, cada estudante é chamado para receber seus resultados. Em situações mais delicadas, estas são resolvidas ao final do conselho em particular ou agendado um momento posterior com os familiares.

Foi a partir dos CCP, com a contribuição dos familiares expondo, por exemplo, a inconsistência entre os conteúdos ensinados e o que era cobrado em provas, que a escola definiu normativas para as avaliações. Com isso, foi estipulado, coletivamente, um formato de provas, cronogramas e pesos para trabalhos e provas. O que resultou em melhores rendimentos dos estudantes e no processo de ensino e aprendizagem como um todo (Vieira, 2022).

Por fim, o principal objetivo de Vieira (2022) era compreender se os CCP influenciaram a vida pessoal, social e profissional destes egressos da escola pesquisa. As declarações dos estudantes apresentam contribuições significativas nesses aspectos, como o respeito às diferenças de ideias, aprender a ouvir e dialogar: “[...] observam-se benefícios para além da sala de aula e da escola, como no relacionamento familiar e profissional” (Vieira, 2022, p. 114).

Nesse sentido, Vieira (2022) conclui que o papel da escola democrática, dando visibilidade à participação dos estudantes e seus familiares, precisa ser um processo motivado dentro das escolas. Assim como defende Ribeiro (1986, p. 49): “[...] no sentido de recuperar o papel político e social da escola, no contexto de uma relação mais ampla

com a comunidade. A escola se integra à comunidade, contribuindo para a educação coletiva”.

A pesquisa D6 foi uma observação participante que buscou analisar em documentos, em participações nos CC e por meio de entrevistas semiestruturadas com professores da 5ª série e com a equipe gestora de duas escolas da rede pública do Distrito Federal, e em uma das escolas, entrevistados também os estudantes.

Nesses CCP em ambas as escolas, a frequência dos familiares e dos estudantes era variada. Santos (2006) observou que em turmas com rendimento melhor, havia maior número de participações, enquanto turmas consideradas difíceis, a presença diminuía. A autora compreendeu que isso “[...] pode significar que estes pais e alunos já aceitaram estar à margem do processo escolar, uma vez que foram excluídos lenta e progressivamente da escola” (Santos, 2006, p. 85). Isso se dava também, pois, em ambas as escolas observadas, os CCPs eram entendidos como momentos de avaliação, tendo somente os estudantes como foco, apenas para discussões voltadas à aprovação ou reprovação: “A não aprendizagem parecia ser entendida como responsabilidade do aluno, conforme as justificativas: ‘ela não tem maturidade’, ‘ela tem que melhorar o raciocínio, o cognitivo para a série seguinte.’” (Santos, 2006, p. 86-87). Os familiares não se pronunciavam e acabavam por concordar com os professores e gestores em todos os aspectos de discussão sobre comportamentos e questões administrativas. Apesar disso, Santos (2006, p. 89) expõe que: “Mesmo que a participação ainda não seja a ideal, essa escola ao abrir suas portas à entrada de pais e alunos para discutir os processos pedagógicos já a coloca à frente de muitas outras.”

Dessa forma, a autora defende que os estudantes possam se sentir à vontade para exporem suas opiniões, de modo que auxiliem o trabalho docente que será refletido em suas aprendizagens, de modo que ambos, professores e estudantes possam potencializar seus trabalhos e estudos em sala de aula. Santos (2006, p. 94), conclui que

A escola quando não permitir que o aluno participe da avaliação por receio de que ele não saiba fazê-lo, ou pelo trabalho que isso envolve, ou mesmo por melindre que isso possa causar ao corpo docente, contribui para reforçar a visão de que a avaliação objetiva controlar e que é exercida de cima para baixo, o que coopera com o fortalecimento do autoritarismo tão presente em nossas escolas.

Essa análise bibliográfica de teses e dissertações sobre CCP refletem a relevância do tema, mas também traz à tona a importância de uma maior disseminação e discussão sobre essa temática dentro da escola e como pesquisas. Nota-se, que o incentivo à participação e envolvimento da comunidade escolar, potencializa os processos de ensino e aprendizagem, refletindo na formação cidadã.

5. Considerações Finais

O artigo objetivou conhecer e compreender os estudos envoltos aos CCP e à gestão democrática na Educação Básica, por meio de uma revisão bibliográfica sobre as temáticas, descrevendo diferentes práticas no ambiente escolar. A revisão apontou que

as temáticas são pouco discutidas e difundidas em pesquisas de mestrado e doutorado, visto que foram encontradas apenas 6 dissertações. Com isso, ressalta-se a importância de pesquisas de cunho bibliográfico como esta, para o conhecimento de estudos e práticas que já foram realizadas sobre determinadas temáticas.

Destaca-se nos estudos descritos, as iniciativas das escolas em tentar trazer a participação e efetivar a democracia por meio dos espaços de escuta e motivações. São pequenos projetos e iniciativas em estreitar os laços entre família, comunidade, estudantes, professores e gestão que potencializam não só a participação ativa no ambiente escolar, mas contribuem aos processos de ensino e de aprendizagem dos estudantes e, mais ainda, ao desenvolvimento de cidadãos atuantes em seu meio.

Ao abrir espaço para escuta e diálogo, professores podem transformar suas salas de aula e aprenderem junto aos familiares e estudantes. As trocas constantes em conversas proporcionadas pelos CC participativos, é uma prática importante que traz benefícios e melhorias ao ambiente escolar, proporcionando uma participação comunitária democrática efetiva nos educandários.

6. Referências

BERTINETI, Elizane Pergoraro. **Gestão Escolar Democrática e a Participação dos Sujeitos**: uma análise a partir dos fundamentos filosóficos de John Dewey. Pelotas: UFPel, 2014, 115p. Dissertação (Mestrado em Educação): Universidade Federal de Pelotas, 2014.

BRASIL. Lei 13.005/2014. **Plano Nacional de Educação**. Brasília, 2014.

DALBEN, Ângela I. L. de Freitas. **Conselhos de Classe e Avaliação**: perspectivas na gestão pedagógica da escola. Campinas: Papirus, 2004.

DURANTI, Êmili. Gestão Democrática: reflexões sobre o papel do gestor escolar. In: LEVINSKI, Eliara Zavieruka; BORDIGNON, Luciane Spanhol (Orgs). **Especialização Escola de Governo**: políticas e gestão da educação. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2016 p. 174-193.

GADOTTI, Moacir. **Escola Cidadã**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4 Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRINSPUN, Mírian P. S. Zippin. **A Orientação Educacional**: conflito de paradigmas e alternativas para a escola. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GUERRA, Nathália Garcia. **Avaliação Formativa**: um estudo de práticas inspiradoras no Ensino Fundamental I de uma escola estadual de São Paulo. São Paulo: USP, 2017, 307p. Dissertação (Mestrado em Educação): Universidade de São Paulo, 2017.

LEVINSKI, Eliara Zavieruka. Colégio Tiradentes: conselho de classe participativo.

VII JORNADA IBERO-AMERICANA DE PESQUISAS EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E EXPERIÊNCIAS INTERDISCIPLINARES NA EDUCAÇÃO

Rio de Janeiro 4, 5 e 6 de dezembro de 2024

Local: Colégio Pedro II - Campus Tijuca II

Revista Somando, Passo Fundo, ago. 2009.

LÜCK, Heloisa. **A Gestão Participativa na Escola**. Petrópolis: Vozes, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1999.

RIBEIRO, Darcy. **O Livro dos CIEPs**. Rio de Janeiro: Bloch, 1986.

SANTOS, Flávia Regina Vieira dos. **Conselho de Classe: a construção de um espaço de avaliação coletiva**. Brasília: UnB, 2006, 137p. Dissertação (Mestrado em Educação): Universidade de Brasília, 2006.

ROCHA, Rhaíssa Sheri Freire de Souza. **Conselho de Classe em uma Escola Militarizada do Distrito Federal**. Brasília: UnB, 2022, 147p. Dissertação (Mestrado em Educação): Universidade de Brasília, 2022.

VARGAS, Maria Ângela Serafini. **O Conselho de Classe: a participação da comunidade escolar**. Presidente Prudente: UNOESTE, 2008, 134p. Dissertação (Mestrado em Educação): Universidade do Oeste Paulista, 2008.

VIEIRA, Deyse Nara Sabel. **Gestão Democrática Escolar: o conselho de classe participativo como prática formativa dos estudantes do ensino médio**. Camboriú: IFC, 2022, 144p. Dissertação (Mestrado em Educação): Instituto Federal Catarinense, 2022.

ZORZAN, Adriana Pilar. Conselho de Classe Participativo no Colégio Tiradentes: contribuições e limites. In: LEVINSKI, Eliara Zavieruka; BORDIGNON, Luciane Spanhol (Orgs). **Especialização Escola de Governo: políticas e gestão da educação**. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2016, p. -321- 340.

Paola Cazzanelli

Mestra e Doutoranda em Educação em Ciências e Matemática da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Vinícius Spanhol Bordignon

Doutorando em Educação em Ciências e Matemática pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul Tecnologia

Luciane Spanhol Bordignon

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.